

PEP 2024 – 2ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO (UMA SOLUÇÃO)
GEOGRAFIA 1ª Q U E S T Ã O (Valor 6,0)

Analisar as relações internacionais das principais potências mundiais com os Estados mais relevantes no Hemisfério Sul, nas expressões político-militar e econômica, destacando a participação dos blocos internacionais de poder nesse processo e concluindo sobre a configuração da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) vigente.

Servidão: Analisar...

Pedido:... as relações internacionais das principais potências mundiais com os Estados mais relevantes no Hemisfério Sul,....

Condicionantes: ... nas expressões político-militar e econômica, destacando a participação dos blocos internacionais de poder nesse processo.....

Conclusão:... concluindo sobre a configuração da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) vigente.

UMA SOLUÇÃO

a. Expressão político-militar

O Brasil tem estabelecido boas relações, no viés político-militar, com os EUA ao longo de sua história. Além disso, os dois países compartilham a adesão a várias organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

Recentemente, por intervenção direta do governo norte-americano, o país foi indicado a compor a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), viabilizando a aquisição e venda de produtos de defesa exclusivamente a países-membros da organização, além de realizar exercícios conjuntos com as forças armadas americanas.

No tocante à China, o Brasil restabeleceu suas relações diplomáticas em 1974 e tem estreitado, desde então, sua política exterior com o gigante da Ásia, principalmente depois da institucionalização do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Entretanto, as iniciativas de

cooperação militar e os acordos na área de defesa são limitados.

Já a diplomacia entre EUA e a África do Sul, no tocante à expressão política, tem sido de altos e baixos, desde que foi retomada após o fim do Apartheid (1994) até 2014. O apoio tácito norte-americano ao regime de segregação racial e o posicionamento sul-africano contrário à intervenção ianque no Iraque provocaram esse afastamento da Casa Branca, de maneira que são raras as aproximações político-militares.

Esse vácuo de influência oportunizou a aproximação chinesa em relação à África do Sul, que se consolidou com o estabelecimento dos BRICS. Além de ser a maior e mais antiga comunidade chinesa do continente africano, a concentração de institutos culturais confucianos e uma presença ativa de meios de comunicação chineses indicam a parceria sólida entre os membros do BRICS, na medida que esse bloco funciona como um mecanismo internacional de cooperação em diversas áreas. A África do Sul e a China têm cooperado em níveis internacionais, muitas vezes alinhando suas posições em questões globais, como mudanças climáticas e negociações internacionais.

Em relação à Austrália, os laços coloniais britânicos comuns e a participação na Segunda Grande Guerra têm alinhado o país da Oceania aos EUA. Os países celebraram, em 1951, o “Australia, New Zealand and US” (ANZUS), tratado que formou uma aliança militar tripartite, comprometida a revidar qualquer agressão direta aos seus membros no Pacífico Sul. A aproximação gerada pelo apoio aos norte-americanos na Guerra ao Terror culminou na presença militar americana permanente no norte do país, desde 2011. A Austrália também figura como aliado importante extraOTAN, mas sem a garantia da defesa mútua. Também é signatária do AUKUS, que é o pacto militar celebrado com EUA e Reino Unido. Tal acordo permite, por exemplo, que a Austrália construa submarinos de propulsão nuclear a partir de tecnologia americana. Além disso, o acordo também inclui áreas como inteligência artificial, tecnologia quântica e cibersegurança. Essa é a maior

parceria no setor de defesa em décadas para esses países, que têm demonstrado preocupações nos últimos anos com a crescente presença militar da China na região do Indo-Pacífico.

Devido a essa presença militar, as relações sino-australianas são conturbadas na expressão político-militar e começaram a se deteriorar em 2018, devido a preocupações crescentes da influência política chinesa em vários setores da sociedade australiana, incluindo o governo, universidades e mídia.

Conclusão parcial.

Conclui-se, parcialmente, na expressão político-militar, que as superpotências RPC e EUA têm estabelecido relações com as principais nações do Hemisfério Sul em diferentes níveis, que vão desde a parceria até a tensão e o distanciamento diplomático, forjando uma nova bipolaridade com um perfil distinto daquele vigente na Guerra Fria. Enquanto a Austrália alinhou-se aos EUA e mantém certa distância da RPC, a África do Sul estreitou suas relações político-militares com os chineses. Já o Brasil, tem mantido uma equidistância diplomática com ambas as potências.

b. Expressão econômica

O Brasil e os EUA já celebraram uma série de acordos na expressão econômica, principalmente em matéria de comércio exterior, o que explica o fato de os EUA já terem sido o principal parceiro comercial brasileiro e, ainda, figurarem como o segundo mercado consumidor dos produtos nacionais. A descrição da balança comercial brasileira expressa que os EUA se constituem em expressivo mercado consumidor das “commodities” brasileiras, representando extrema importância para economia do país. Entretanto, merece destaque o fato de que, nas negociações entre os Estados, sempre pairou a celeuma no grau de diminuição dos subsídios oferecidos pelo governo americano a seus produtores (proporcionando a redução dos custos de produção) e a abertura aos seus produtos industrializados. A preocupação brasileira sobre os efeitos de uma política liberal repousa na

possibilidade de trazer desemprego ao país pela possibilidade de gerar concorrência desproporcional aos produtos nacionais. Tal questão constitui-se em um antigo impasse diplomático, cuja solução já foi buscada bilateralmente e, sobretudo, pela via multilateral, por intermédio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, em inglês) e no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), utilizando-se de rodadas de negociação, das quais se notabilizaram as Rodadas Doha, pouco frutíferas. Vale ressaltar que, no âmbito das Américas, a oposição comercial dos EUA ao desenvolvimento do MERCOSUL, no sentido de retirar seus integrantes da esfera de influência norte-americana. Como consequência, foi criado o acordo de livre-comércio efetuado por Estados Unidos, Canadá e México (NAFTA), substituído pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).

Com a retração econômica americana, no bojo da crise mundial de 2008, os EUA reduziram seu volume de negócios com o Brasil, fazendo com que a China se tornasse o maior parceiro comercial brasileiro. A China exporta produtos manufaturados, eletrônicos e bens de consumo para o Brasil, auxiliando o comércio bilateral para as economias de ambos os países. O volume de comércio bilateral chegou a US\$150,5 bilhões em 2022. Em contrapartida, importa do Brasil majoritariamente “commodities” do agronegócio e minério. Nesse contexto, o Brasil tornou-se fundamental para a segurança alimentar chinesa. Além de acordos bilaterais diversos, merece destaque a implementação crescente das relações no escopo dos BRICS, consolidando cada vez mais a parceria econômica sino-brasileira.

A África do Sul tem sido um grande parceiro comercial e fonte de investimentos para os EUA na África, com mais de 600 empresas americanas operando no país. Foram aplicados mais de 8 bilhões de dólares em investimentos diretos dos Estados Unidos na África do Sul, enquanto foram investidos mais de 5 bilhões de dólares da África do Sul nos Estados Unidos, tornando a República Sul-Africana um beneficiário líquido do investimento americano. O comércio bilateral entre os dois países tem sido amplo, com superávit para a

África do Sul, que exporta uma variedade de produtos para os Estados Unidos, variando entre “commodities” e bens fabricados. Já os EUA exportam para a África do Sul produtos agrícolas beneficiados, bens fabris e tecnologia. Apesar da superioridade dos valores agregados norte-americanos, as relações econômicas estabelecidas mostram-se favoráveis a ambos os países. Ressalta-se que a formação do BRICS e a estreita relação com a RPC não vem comprometendo o bom relacionamento econômico sul-africano com os EUA. C18 A RPC tem se mostrado um destacado parceiro comercial dos sul-africanos. Através do G-20 e dos BRICS, os laços econômicos entre a África do Sul e a China têm assumido uma posição significativa nos assuntos continentais e até globais. As empresas chinesas têm participado em projetos de grande escala, sobretudo nos setores de infraestrutura, mineração e telecomunicações, contribuindo para o desenvolvimento do país e estreitando laços econômicos com a China.

As relações econômicas entre a Austrália e os EUA são historicamente fortes e baseadas em uma série de fatores, incluindo camadas culturais, alianças estratégicas e interesses econômicos compartilhados. No comércio bilateral, ambos os países participam ativamente do comércio de bens e serviços. Os principais produtos incluem minerais, produtos agrícolas e serviços. Ocorre também a reciprocidade em investimentos nos setores de finanças, tecnologia, energia e mineração. A Austrália é um grande exportador de recursos naturais (minerais e gás natural) para os EUA e há cooperação em projetos relacionados à energia. Vale destacar a celebração do Acordo de Livre Comércio (AUSFTA), em vigor desde 2005, que eliminou tarifas sobre uma variedade de produtos e promoveu ainda mais o comércio e os investimentos bilaterais. Assinala-se também o fato de ambas as nações comporem o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e o G20 (principal fórum econômico do mundo), onde discutem questões econômicas e buscam cooperação global. C20 A China também é um dos principais parceiros comerciais da Austrália, importando uma significativa variedade de “commodities”, como recursos minerais (minério de ferro, carvão e ouro) e gás natural,

além de contribuir com a segurança alimentar chinesa com proteína animal e laticínios. Cabe ressaltar que ambas economias fazem parte do G20, bem como da APEC, que congrega 21 nações economicamente heterogêneas. A relativa abstração do referido fórum em relação às temáticas de natureza política viabiliza as discussões comerciais entre nações que apresentam tensões diplomáticas, como é o caso da Austrália e da RPC.

Conclusão parcial

Inferese, parcialmente, na expressão econômica, que as potências globais atuais mantêm relações econômicas significativas com as principais nações do Hemisfério Sul, importando “commodities” e bens semiprocessados e exportando produtos industrializados.

Conclusão

A globalização estabeleceu uma série de inter-relações que tornam as economias dos países indissociáveis, impelindo as atuais potências mundiais e seus parceiros de maior vulto no Hemisfério Sul a buscarem e manterem laços comerciais independentemente dos alinhamentos político-militares. C24 Em síntese, é lícito afirmar que, no caso concreto das relações entre as potências globais e as nações do Hemisfério Sul mais proeminentes, fica patente a constatação dos países que desempenham a função de exportadores de produtos de menor valor agregado e dos países exportadores de bens industrializados, em que pese o fato destas nações emergentes apresentarem um certo nível de industrialização e liderança econômica a nível regional.

Por conseguinte, pode-se inferir que a DIT da atual ordem mundial deixou de estratificar os Estados em apenas países industrializados e agroexportadores, passando a figurar, no rol de classificação, as nações em um nível intermediário, que apresentam certo grau de desenvolvimento fabril e estabelecem sua pauta de exportações conforme o parceiro comercial, nas quais se enquadram os países do sul ora apreciados.

Depreende-se que, para esse rol de países, suas participações na DIT são relativizadas e readequadas de acordo com o parceiro comercial: ora exportando bens de valor agregado superior aos dos seus parceiros, em outro momento comercializando, com parceiros diferentes, seus “commodities” ou semiprocessados.

Por fim, conclui-se que, para compreender a configuração da DIT do atual ordenamento mundial, não se deve considerar apenas o nível de desenvolvimento econômico dos países de forma isolada, mas a rede de relações comerciais e político-militares que eles estabelecem entre si.

[A solução apresentada é a reprodução do que consta da FAC distribuída pela ECEME. Naturalmente sua solução não seria tão completa como esta. Lembre-se:: ela vai traduzir o que você sabe e se lembra a respeito do assunto, exposto da melhor maneira que você encontrou ao responder a questão. É essa a resposta que será avaliada. Não tem que “empatar com a casa” nem com a resposta de outro companheiro. Responda o que foi pedido de acordo com a questão proposta. Não se meta a “corrigir” a questão. Simplesmente a resposta. Repito, responda o que você sabe e se lembra e da maneira como você se expressa. É como se você estivesse falando a uma turma quando ministrando uma sessão de instrução.]

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar a atual participação do Brasil na gestão dos principais temas da Agenda Internacional (AI), destacando os impactos para o posicionamento do país no sistema internacional de Estados.

UMA SOLUÇÃO

Introdução

O Estado brasileiro tem atualmente procurado estabelecer uma agenda positiva de governança diante das principais pautas vigentes na Agenda Internacional (AI). O Itamaraty tem assumido um caráter mais pragmático e de não-alinhamento automático, seja nas relações multilaterais ou bilaterais.

O posicionamento geográfico peculiar do Brasil na América do Sul, sendo lindeiro no norte, sul e oeste com praticamente todos os países do subcontinente, aliado ao fato de debruçar-se sobre extensa faixa litorânea atlântica, exige do país um redobrado empenho diplomático na defesa dos interesses nacionais.

Norteando as ações diplomáticas dos Estados, emerge o conceito de AI, abarcando uma ampla gama de temas que refletem os óbices e as oportunidades enfrentadas pela comunidade global. Ela tem sido contundentemente afetada pela ebulição geopolítica recente, pelos avanços tecnológicos exponenciais e pelas crises globais cada vez mais recorrentes. Tais fenômenos têm instado temáticas à AI que se mostram cada vez mais desafiadoras ao Estado brasileiro. Muitos dos assuntos são disruptivos e interferem aquém das fronteiras pátrias, propondo-se a moldar, inclusive, as dinâmicas sociais internas do país. Nesse viés, sobressaem-se os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), que visam, desde 2018, à mitigação de problemas socioambientais crônicos e globais até o ano de 2030.

O fenômeno da globalização tem ampliado o espectro da interferência na AI em outros entes, além dos organismos internacionais supraestatais e estatais. Grandes multinacionais, mega capitalistas, empresas globais de informação e demais atores da esfera do direito privado têm afetado, de forma difusa, a composição e a prioridade do rol temático da AI, exigindo um caráter mais holístico na análise das conjunturas pelas lides diplomáticas, com o fito de embasar mais solidamente o país no seu posicionamento internacional.

Nesse contexto, será apresentada a atual participação do Brasil na gestão dos principais temas da AI, destacando os impactos para o posicionamento do país no sistema internacional de Estados.

DESENVOLVIMENTO

a. A guerra russo-ucraniana

O país tem mantido certa equidistância nas relações estabelecidas entre as nações beligerantes, evitando comprometer acordos comerciais e convênios celebrados com ambos os países. Tal postura possibilitou a continuidade da exportação russa de adubos químicos e outros insumos

agrícolas para o Brasil e, semelhantemente, facultou a importação de grãos e outras “commodities” ucranianas para o país.

b. Conflito israelense-palestino

Trata-se do capítulo mais recente da recorrente temática da busca da paz no Oriente Médio. Para sua solução, o Brasil, durante o exercício da presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), conduziu a elaboração de uma proposta de resolução que pedia o término das hostilidades, segurança para crianças e idosos, liberação de estrangeiros e permissão para a entrada de recursos assistenciais para a população local. Doze dos 15 membros do Conselho apoiaram a proposta, incluindo China e França, que são membros permanentes. Os Estados Unidos a vetaram, com base no direito à autodefesa israelense, frustrando a recomendação da diplomacia brasileira. Entretanto, cabe ressaltar que a falta de um posicionamento mais assertivo do Itamaraty no repúdio ao ataque do Hamas, classificando-o como grupo terrorista, tem sido alvo de críticas, principalmente do Estado de Israel. Recentemente, o Brasil foi reclassificado, pela diplomacia israelense, de país neutro para apoiador dos palestinos, modificando sua posição diplomática tradicional na região.

c. Mudança global do clima

O tema em questão tem recebido os holofotes da comunidade internacional. O fenômeno climático tem sido atribuído às principais fontes de emissão de gases causadores do efeito estufa, que são a queima de combustíveis fósseis, as atividades da indústria de hidrocarbonetos e da energia e a queima de florestas tropicais, como a amazônica. Nesse cenário, não obstante o fato de ter adotado uma legislação ambiental altamente restritiva e a inequívoca constatação de que o território brasileiro tem um dos maiores percentuais e extensões de área preservada do mundo, a comunidade internacional tem criticado o Brasil e até questionado a legitimidade de sua soberania sobre a área coberta pela Floresta Amazônica. Algumas instituições preservacionistas de grande apelo midiático atribuem ao Brasil a inação diante da queima da referida floresta e a responsabilidade por contribuir com a mudança global do clima, o que seria altamente questionável. Vale destacar que essa propaganda difamatória tem repercutido negativamente sobre a imagem do país no exterior e até junto a sua própria população, fato que além de denegrir a reputação, prejudica o

comércio exterior, haja vista possíveis boicotes por parte dos mercados consumidores de produtos oriundos de países que adotam radicalmente a sustentabilidade.

d. Igualdade de gênero

Apesar de avançar na promulgação de leis e outras proposituras com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero, o Brasil ainda tem um longo caminho para avançar. Em muitos rincões do Brasil, as campanhas publicitárias não atingem eficazmente as populações, além do fato de que, na prática, em muitas empresas privadas permanecem desiguais os salários de homens e mulheres, distanciando o país das metas das Nações Unidas.

e. Crises sanitárias

A temática em pauta encabeçou a discussão internacional recentemente e gerou uma postura de vigilância prospectiva no cenário global. O país reagiu ao problema, à época, com a presteza e a eficácia necessárias, por intermédio de um programa de vacinação e adoção de medidas preventivas de conscientização e fiscalização. Entretanto, apesar da exitosa atuação brasileira, transparecem internacionalmente, de forma negativa, algumas violações das liberdades individuais e exacerbação no controle social emergencial, bem como uma postura passiva diante de futuras intercorrências.

f. Crises migratórias

As crises migratórias forçadas ou decorrentes de crises humanitárias causadas por conflitos armados, perseguições políticas ou religiosas ou pela busca de uma vida melhor passaram a ter mais visibilidade e se tornaram mais constantes na AI. Os deslocamentos não planejados de grandes massas populacionais podem causar crises socioeconômicas graves por razões multifatoriais, que variam desde a incapacidade infraestrutural dos países de destino até questões de natureza psicossocial, como a intolerância religiosa ou cultural. Nesse contexto, o Brasil tem atuado de forma a atenuar as pressões migratórias, como foi o caso com os imigrantes africanos e caribenhos (haitianos), bem como com os refugiados venezuelanos. Em ambos os casos, o país tem se mostrado tolerante e facilitador em relação aos contingentes deslocados.

g. Segurança hídrica e saneamento

O Brasil enfrenta o desafio de garantir a disponibilidade e o manejo sustentável da água e saneamento para todos. Possuidor de grande potencial hídrico, o país tem avançado no tratamento e distribuição de água, além do processamento dos esgotos, por intermédio da construção de estações de tratamento, embora muito de seu esgoto ainda seja lançado "in natura" em rios e na costa, comprometendo a biodiversidade e o bem-estar humano. É importante destacar que a gestão deficiente de seus mananciais e o consequente comprometimento da sua biodiversidade e do potencial hídrico depõem contra a imagem brasileira no sistema internacional já tão afetado por questões hidro conflitivas.

h. Energia limpa e acessível

A matriz energética brasileira, baseada preponderantemente em hidreletricidade, garante o acesso à energia limpa e renovável, em que pesem as críticas aos danos socioambientais causados pela formação de lagos para as usinas. Porém o provimento de energia a toda a população ainda é deficitário, em função da baixa capilaridade da distribuição e dos preços da energia onerados pelos impostos, o que torna remoto o atingimento desse ODS. Vale evidenciar que as críticas ambientais sofridas internacionalmente pelo Brasil em relação à questão energética são consequências de uma divulgação ineficiente do caráter sustentável de sua matriz energética.

i. Segurança alimentar e agricultura sustentável

O Brasil, em razão de sua produção agropecuária, é um dos grandes responsáveis pela segurança alimentar global, ao prover alimentação para mais de 1 bilhão de pessoas, sendo, portanto, uma nação de grande importância. Entretanto, precisa, no âmbito interno, tornar exitosos os programas sociais que mantém para combater à fome, dos quais os mais amplos são o Fome Zero e o Bolsa Família do governo federal. Além disso, paira ainda o desafio de tornar a agricultura nacional menos agressiva ao meio ambiente, sem perder a necessária produtividade, pelo uso de boas práticas que primam pela sustentabilidade, como a substituição dos fertilizantes químicos pelos adubos orgânicos, bem como a supressão do emprego dos defensivos agrícolas artificiais. Nesse sentido, a Empresa

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) têm sido agentes fundamentais com a viabilização tecnológica de programas que intentam acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar com práticas da agricultura sustentável.

j. Educação de qualidade

O Brasil não tem sido exitoso na busca pela educação de qualidade, inclusiva e equitativa para sua população. Isso se reflete nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), em que o Brasil ocupa a 54ª posição; e no Test of English as a Foreign Language (TOEFL), no 43º lugar do "ranking". Além disso, o analfabetismo atinge 6,8% da população acima de 15 anos, sendo a média mundial de apenas 2,6%. Apesar de aplicar cerca de 1,5% do PIB em educação, o país encontra-se distante do cumprimento dessa meta da ONU, o que se reflete na economia e na Ciência e Tecnologia (C & T). Os resultados desanimadores nos indicadores da educação geram reflexos deletérios no desenvolvimento das indústrias, inovação e até na infraestrutura. Ressalta-se que tais resultados expõem negativamente o país no concerto das nações, indicando um baixo índice de desenvolvimento humano e uma baixa capacidade de inovação, o que o torna menos atrativo para a captação de investimentos estrangeiros.

k. Erradicação da pobreza

O Brasil tem promovido ações com o objetivo de erradicar a pobreza e a miséria, representadas por cerca de 32% da sua população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para tanto, tem abordado a solução do problema por intermédio de programas sociais de distribuição de renda nas três esferas da administração.

l. Redução das desigualdades

São inúmeros os programas e projetos voltados à redução das desigualdades sociais em curso no Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal. O espectro dessa política é vasto e abrange a distribuição social de renda, programas de cotas, iniciativas da área fiscal e benefícios diversos à população de baixa renda. Tais benefícios vêm sendo

implementados com maior intensidade desde os anos 2000 e seus resultados têm sido pouco eficazes, o que se evidencia pelo aumento proporcional de beneficiados em relação à população nacional, pela manutenção do ciclo vicioso da miséria em muitas regiões e pela baixa mobilidade social não subvencionada pelo poder público. Além da redução das desigualdades sociais, o país é ativo na reivindicação de uma maior representação e voz para os países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas, financeiras e fóruns internacionais de amplitude global, visando à redução do hiato de poder político entre os Estados. Adversamente à baixa eficácia, é constante no esforço ao atingimento desse ODS da ONU. Verifica-se que esse modesto atingimento das metas em questão expõe o Brasil como país caracterizado por abismos sociais na comunidade internacional.

m. Cidades e comunidades sustentáveis

A Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que privilegia o planejamento urbano, tacitamente incentiva a ocupação desordenada, com a relativização do conceito de propriedade imobiliária. Tal fato causa reflexos extremamente negativos nas cidades, que além de não gerarem bem-estar e salubridade, crescem desordenadamente e sem planejamento visando a se tornarem mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Como consequência disso, as grandes cidades brasileiras são perigosas, insalubres e sujeitas a desastres naturais, resultado de uma urbanização não sustentável. Ademais, sofrem com a péssima qualidade do ar, falta de infraestrutura mínima e com um inadequado gerenciamento de resíduos, inviabilizando o alcance dessa meta da ONU. Cabe destacar que essa característica de grande parte das cidades brasileiras mancha a reputação nacional no exterior e reduz suas capacidades turísticas.

n. Produção e consumo responsáveis

O controle social e econômico do ciclo da produção e consumo, obtido por intermédio de conscientização e proibições legais, tem sido tangenciando apenas em pequenas campanhas publicitárias, em virtude das liberdades constitucionais que vedam a imposição de padrões de produção e de consumo. Nesse sentido, avulta a importância da educação voltada para uma economia sustentável. Em razão do ineditismo do referido conceito para a sociedade brasileira, fica evidente que o atingimento desse objetivo ainda

é incipiente e projeta a imagem brasileira no exterior como país de desperdícios e de consumo irresponsável.

o. Preservação de biomas terrestres e aquáticos

O ordenamento jurídico ambiental brasileiro é extremamente rígido no que tange à manutenção e ao uso sustentável dos biomas marinhos abarcados pela extensão do mar territorial nacional. É igualmente restritivo com os variados biomas terrestres brasileiros. Tal postura implica em pesadas leis que disciplinam a exploração econômica e a ocupação de uma parcela significativa do território pátrio, sem mencionar as inúmeras áreas de proteção, cuja exploração e ocupação são vedadas. Essas restrições inviabilizam as atividades sustentáveis e de pouca ou nenhuma deterioração do meio ambiente em áreas de grande potencial econômico. Apesar da evidência da existência de leis e fiscalização sobre os biomas em questão e da postura preservacionista do Estado brasileiro para atingir os ODS da ONU, cabe ressaltar que o país sofre pesadas críticas e acusações de degradação ambiental, emitidas, principalmente, por organizações não governamentais multinacionais e formadores de opinião, que atuam em nome dos interesses econômicos e políticos de grandes corporações e governos estrangeiros, maculando a imagem do país no cenário internacional.

[A solução apresentada é a reprodução do que consta da FAC distribuída pela ECEME. Naturalmente sua solução não seria tão completa como esta. Lembre-se:: ela vai traduzir o que você sabe e se lembra a respeito do assunto, exposto da melhor maneira que você encontrou ao responder a questão. É essa a resposta que será avaliada. Não tem que “empatar com a casa” nem com a resposta de outro companheiro. Responda o que foi pedido de acordo com a questão proposta. Não se meta a “corrigir” a questão. Simplesmente a responda. Repito, responda o que você sabe e se lembra e da maneira como você se expressa. É como se você estivesse falando a uma turma quando ministrando uma sessão de instrução.]

ATENÇÃO ÀS CARACTERÍSTICAS DE CADA SERVIDÃO

(VERBO NO INFINITIVO – AÇÃO A REALIZAR)